

# Jornal da **AMaTRa**<sup>XV</sup>

Dezembro / 2007  
Edição 12  
Ano 5

## 3º Encontro de Qualidade de Vida

Evento reúne juizes e familiares  
por três dias em Ilhabela



**AMaTRa**<sup>XV</sup>

Associação dos  
Magistrados da  
Justiça do Trabalho  
de 15ª Região



## AMATRA XV

**Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região**

R. Riachuelo, 473 - Sala 62 - Bairro Bosque Campinas-SP.

Fones: (19) 3252-0368 e 3251-9036

Web-site: [www.amatra15.org.br](http://www.amatra15.org.br)

### Presidente

Ana Paula P. Lockmann

### Vice-Presidente

Flávio Landi

### Secretário Geral

Guilherme G. Feliciano

### Diretor Financeiro

Luis Rodrigo F. Braga

### Diretora Cultural

Luciana Caplan

### Diretora Social

Alzeni Ap. de O. Furlan

### Diretor de Comunicação Social

Ricardo R. Laraia

### Diretor de Assuntos Legislativos

Francisco Alberto da M. P. Giordani

### Diretora de Benefícios e Convênios

Déborah Beatriz Ortolan Inocêncio Nagy

### Diretor de Aposentados

Hermelino de Oliveira Santos

### Comissão Disciplinar e de Prerrogativas Titulares

Flávio Allegretti de Campos Cooper

Manoel Carlos Toledo Filho

Teresa Cristina Pedrasi

### Suplentes

Lorival Ferreira dos Santos

Rita de Cássia Scagliusi do Carmo

José Antonio Dosualdo

### Conselho Fiscal

Ana Maria de Vasconcelos

Antonia Sant'ana

Marcelo Magalhães Rufino

### Diretorias Regionais

João Alberto Alves Machado (Araçatuba)

Maria Helena Falco Salles (Baurui)

José Roberto Dantas Oliva (Pres. Prudente)

Márcia C. Sampaio Mendes (Ribeirão Preto)

Alessandro Tristão (São José do Rio Preto)

Lúcio Salgado de Oliveira (S.J. dos Campos)

Mauro César Luna Rossi (Sorocaba)

### Jornal da AMATRA XV

Tiragem: 3.700 exemplares

Publicação Trimestral da AMATRA XV

Conselho Editorial: Ana Paula P. Lockmann, Ricardo R. Laraia e Flávio Landi.

Jornalista Responsável: Antonio Waldir Pecht Junior (MTb 39.757)

Fotos: Antonio Waldir Pecht Junior

Foto Capa: Gregory Grigoragi

Prod. Editorial: Daniel Fatini

E-mail: [danielfatini@terra.com.br](mailto:danielfatini@terra.com.br)

# Qualidade & Vida

Não necessariamente uma palavra tem ligação com a outra, porém Vida sem um mínimo de Qualidade leva o ser humano a carregar um ônus que, dia a dia, torna a Vida um fardo cada vez mais pesado.

Não alterando o meio, o estilo, o modo de Vida, o ser humano passa a atingir extremos e trabalhar em seus limites a partir de certo período de tempo. E, atingindo estes, começam as perdas: a primeira e talvez a mais preciosa seja a sensível e paulatina perda da saúde.

A Amatra XV, preocupada há tempos com o tema, realizou no mês de novembro passado a sua terceira edição do Encontro de Qualidade de Vida, com o fim específico de que os Juizes do Trabalho da 15ª. Região e seus familiares pudessem, acima de tudo, refletir um pouco mais sobre as suas vidas pessoal e profissional, as suas expectativas, fulcra-dos no meio, estilo e modo com que vêm lidando com elas.

Dizer que foram grandes momentos vividos, não se tem qualquer dúvida, e com a certeza de que foi mais uma edição preparada pela Amatra XV com toda a atenção para que fosse um excelente encontro. Para tanto, procurou-se uma dose de palestras, nem grande nem pequena, aliadas ao astro rei e ao mar.

Focados na atividade física, os palestrantes e professores de Educação física, Márcia Natale e Evandro Murer, deram um enfoque atualizado ao grave problema do estresse na vida de um profissional, lembrando de forma bastante oportuna o estudo realizado pela professora Marilda Lipp, da Unicamp, sobre o Stress Ocupacional dos Juizes do Trabalho da 15ª. Região, estudo esse realizado há alguns anos e até hoje extremamente atual, a partir da idéia do colega Eduardo Zanella, que foi abarcada pelo então presidente da Amatra XV, Francisco Giordani.

Também os Juizes puderam conhecer ou lembrar vários exercícios físicos apresentados pelos palestrantes, que podem e devem ser introduzidos no dia-a-dia de todos, com o escopo de se evitar posturas inadequadas, em especial o encurtamento dos músculos, que certamente virá no futuro a comprometer ainda mais o físico de cada um, na medida em que a atividade judicante, por sua natureza, se revela sedentária.

O primeiro contato não poderia acabar melhor senão com um delicioso luau à beira da piscina, onde também se pôde contemplar uma belíssima e contrastante paisagem de montanha e mar.



O passeio pelas belas ondas de Ilhabela e pelas belas ilhas vizinhas também teve o seu lugar, sendo uma das principais atividades do segundo dia. O sol, nem muito nem pouco, apareceu na medida certa para embelezar ainda mais a confraternização.

E a noite, ainda que com muitas desistências de última hora, eis que o dia foi longo e de extrema "reflexão", encerrou-se com um animado jantar. A música começou com os anos 70, chegando aos eletrônicos atuais. Ótimo!!

Domingo chegou! Dia de nova introspecção, talvez a mais profunda. Mais uma palestra: agora do médico e professor Wanderley Pires, que deu um show, convidando todos à reflexão sobre o que fazemos, o que queremos e onde talvez chegaremos. Foram mais de duas horas em que a platéia sequer piscou. As palavras do professor entravam nas mentes e nos corações. Restou a todos a idéia principal de que os momentos devem ser sempre vividos com emoção e o profissional deve trabalhar com amor, do contrário a tarefa passa a ser árdua demais.

O fim de semana e o encontro terminaram e resta agora seguir em frente. Dos conceitos práticos e dos conceitos físicos tem-se algum conhecimento, para que se possam ser aplicados. O trabalho diuturno emocional que deve ser levado a cabo certamente servirá de reflexão e alertas futuros. A todos, que os corpos e as mentes trabalhem em sintonia para que a Qualidade passe a ser uma palavra intimamente e intrinsecamente relacionada com a palavra Vida.

**Ana Paula Pellegrina Lockmann**

**Presidente da Amatra XV**



# Encontro de Qualidade de Vida: quando é o próximo?

**Evento em Ilhabela reúne juízes e familiares para palestras e atividades de lazer**

Três dias para relaxar e esquecer a rotina de trabalho estressante. Com palestras, passeios e muita animação dos participantes, o 3º Encontro Qualidade de Vida, promovido pela Amatra XV entre os dias 23 e 25 de novembro em Ilhabela (litoral de São Paulo) cumpriu seu objetivo. A escolha do médico e professor Wanderley Pires, para falar sobre “Por que fazemos o que fazemos?” não poderia encerrar o evento de maneira mais brilhante.

No primeiro dia, o tema “Estresse Ocupacional dos Juizes do Trabalho” foi tratado pelos professores de educação física Evandro Murer e Márcia Natale, que lembraram algumas atitudes cotidianas que combatem o estresse e são de fácil execução. À noite, um luau em volta da piscina do hotel e com música ao vivo de ótima qualidade animou os presentes.

No sábado, os juizes e seus familiares embarcaram para uma regata. Dezesete veleiros foram utilizados no passeio, cujo destino foi a Praia do Curral, no sul da ilha. Um DJ animou a noite tocando hits de várias gerações. No domingo, Pires fechou o evento com uma excelente aula sobre o ser humano, arrancando muitos risos, aplausos e até lágrimas da platéia.

A diretora social da Amatra XV, juíza Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan, foi a principal responsável pela organização do 3º Encontro e recebeu muitos cumprimentos pelo ótimo trabalho realizado.

Um resumo do que foi discutido nas apresentações pode ser visto nas páginas 4 e 5 desta edição do Jornal da Amatra XV. O evento foi tão bom que, antes do término, os participantes já perguntavam quando e onde será o próximo.



Participantes do 3º Encontro reunidos em frente ao hotel em Ilha Bela-SP



Foto: Gregory Grigoragi/Maré Alta

Juiz Renato Buratto e sua esposa Rosana em jantar à beira da piscina



Foto: Gregory Grigoragi/Maré Alta

Juíza Vera Crespo e o marido Eduardo prestigiaram o 3º Encontro Qualidade de Vida



Foto: Gregory Grigoragi/Maré Alta

Juiz Luiz Carlos de Araújo e juíza Ana Paula, pres. da Amatra XV, com o prof. Wanderlei Pires



As juízas Ana Lúcia Cogo Ferreira, Maria Flávia Alaiite, Denise Lima e convidada Carla Cogo



Juíza Alzeni Furlan, uma das organizadoras, foi muito cumprimentada pelos colegas



Foto: Gregory Grigoragi/Maré Alta

As magistradas Kathleen Stamato e Renata Calil com as respectivas famílias em Ilhabela



Foto: Gregory Grigoragi/Maré Alta

Após passeio de veleiro, participantes do encontro desembarcaram na Praia do Curral

# Juiz deve combater estresse no primeiro ano

**Palestra no 3º Encontro de Qualidade de Vida trata das origens, conseqüências e formas de enfrentar o problema**

O excesso de trabalho, o convívio familiar prejudicado, a alimentação e a postura inadequadas são os principais vilões quando o assunto é estresse ocupacional. O tema foi o primeiro a ser tratado no 3º Encontro Qualidade de Vida com a palestra "Estresse Ocupacional dos Juizes do Trabalho", ministrada pelos professores de educação física Evandro Murer e Márcia Maria Camargo Natale.

Murer é mestrando na área de Qualidade de Vida e especialista em Teorias e Métodos de Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer, ambos pela Unicamp. Graduado pela PUC-Campinas, também se especializou em Fisiologia do Exercício pelo Instituto Superior de Cultura Física Manuel Fajardo, em Cuba, e em Treinamento Desportivo pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

A professora Márcia Maria Camargo Natale, também graduada pela PUC-Campinas, é especialista em Condicionamento Físico para Grupos Especiais e Reabilitação Cardíaca pela FMU. Na animada palestra, eles usaram dados de um estudo científico sobre estresse feito em 2006 com 75 juizes da 15ª Região para mostrar a importância de se discutir a questão. Na entrevista abaixo, eles respondem as principais dúvidas sobre estresse; as origens, os sintomas, as conseqüências e – o mais importante – as formas de combater este mal que atinge tantos juizes.

**Como um juiz pode saber se está estressado ou não?**

A probabilidade dele estar é grande, uma vez que 71% dos juizes da 15ª Região apresentaram nível de estresse alto em recente estudo. O problema começa no primeiro ano, que é a fase mais estressante. No entanto, o magistrado se acostuma porque acha que faz parte da rotina e aí fica difícil controlar. As principais conseqüências são distúrbios do sono (insônia ou excesso de sono), depressão, síndrome do pânico, além da dependência de calmantes e outros medicamentos para relaxar ou dormir.

**Além do excesso de trabalho, por que o trabalho do juiz é tão estressante?**

O dia-a-dia da função é propício ao sedentarismo. Trabalha-se muito sentado, com muita leitura. Além disso, o principal ofício de um juiz é julgar, que é uma

**“Na verdade, eles (os juizes) têm a informação, mas muitos acham o tema supérfluo”**

coisa muito solitária e também estressante. A pessoa pode ter estresse em vários níveis, além do profissional, como o social, o afetivo e da saúde.

**Diante desse quadro, o que fazer para não ficar estressado?**

Aí é que está um grande problema, porque é uma minoria que se preocupa com a questão. A primeira atitude é diagnosticar o estresse, criar consciência de que isso está prejudicando sua vida. Depois partir para uma atividade física ou de relaxamento. Fazer terapia com um profissional também é uma saída. E, o mais importante: conversar bastante com o cônjuge a respeito do assunto.

**O estresse pode progredir para outros problemas?**

Como muita gente não sabe que tem, não trata e depois o estresse é origem de alguns graves problemas como dermatite

(inflamação das camadas superficiais da pele), queda de cabelo, queda da libido sexual, obesidade, e, em casos mais sérios, gastrite, úlcera, hipertensão, problemas no coração e até câncer.

**Por que, mesmo tendo a informação sobre o estresse, a maioria dos juizes não partem para parte prática? Afinal, combater o estresse é muito complicado?**

Na verdade, eles (os juizes) têm a informação, mas muitos acham o tema supérfluo, pois não têm tempo para terapia ou atividade física. O que não é verdade. Hoje, a maior parte das academias abre às 5 horas da manhã. O juiz também pode contratar um personal trainer que o atenda no horário que ele escolher. O que vimos no estudo é que boa parte dos juizes ficam procurando desculpas, não aceitam o problema e não fazem questão de combatê-lo.

**O estudo mostrou que as juizas estão em maior número que os juizes nos que apresentaram níveis altos de estresse. Por quê?**

Porque as mulheres, no geral, têm mais preocupações que os homens. Além da mesma carga de trabalho, a mulher se preocupa mais com a família (marido e filhos), com os cuidados com a casa e com a parte de estética e cuidados com o corpo. São muito mais fontes estressoras.



Participantes do Encontro se exercitam após palestra, sob orientação da professora Márcia



# “Por que fazemos o que fazemos?”

**Médico fala sobre modelos mentais e costumes que podem ser alterados, na busca de um novo “empreendedorismo existencial”**

Permeada por frases geniais de estudiosos e personalidades de diversas áreas, a palestra do médico e professor Wanderley Pires no 3º Encontro de Qualidade de Vida foi, além de interessante, um show de cultura e história. “Por que fazemos o que fazemos?” acabou sendo o título escolhido pelo palestrante para abordar diferentes assuntos como modelos mentais, a relação entre presente, passado e futuro, empreendedorismo existencial e a felicidade.

Inicialmente, o médico iria discorrer sobre “Inteligência emocional e qualidade de vida”. Claro que ele não deixou de falar sobre os dois assuntos. “Como conversei com alguns magistrados na noite anterior à palestra, percebi que o ponto principal não era a falta de informação, mas, por que, apesar de a terem em grande quantidade, as pessoas – no caso, os juízes – continuam procedendo da mesma forma e sofrem com estresse e excesso de trabalho?”

“Organize encontros com pessoas de fora da área do Direito e leiam um livro não-jurídico por mês”, foi o primeiro conselho do palestrante. Com relação a uma das muitas doenças denominadas “da civilização”, Pires foi taxativo. “O estresse não é a realidade, é a percepção da realidade. O homem começou a sofrer quando começou a planejar o futuro, a ter preocupações. Mas esquecemos que as grandes escolhas não dependem apenas de nós mesmos. Aristóteles já falava que sucesso não é um fato isolado”, disse.

Segundo ele, o que todos querem é ser felizes. “Mas o que é a felicidade? Podemos resumi-la com o trio dinheiro, saúde e amor. Mas o homem não é grande pelo que faz ou tem e sim pelo que renuncia. Por exemplo, parar com o cigarro, com a bebida e comida em excesso, são desafios. Abandonar as roupas usadas e esquecer os caminhos que te levam aos mesmos lugares também”, comentou o palestrante, para, enfim, falar sobre o que ele denomina “empreendedorismo existencial”. “É um convite para você assumir o gerenciamento de sua própria vida, as rédeas do seu destino. Comer, beber, fumar, não se exercitar. As pessoas sabem; elas mesmas provocam as doenças da civilização e não é possível controlá-las sem mudar o estilo de vida.”

Para Pires, responsabilidade é “a habilidade de fazermos as escolhas certas to-

dos os dias”. “Todos nós temos muitos papéis na vida, eu o de médico, vocês o de juiz, mas não podemos nos esquecer que nosso papel mais importante é o de aluno, aprendendo todos os dias. O problema é que crescemos gigantes intelectos e pigmeus emocionais”, ressaltou ele.

O professor-médico afirma que educar é “enriquecer as coisas de sentido”. “Em todas as empresas por onde passei, existe uma conclusão a respeito do conhecimento: é preciso deixar fluir o diálogo, compartilhar os variados modelos mentais existentes. Porque eu acredito no que meu amigo Leonardo Boff disse uma vez: nós não ensinamos nada a nin-

guém, o que existe é a ressonância das palavras com que cada um já carrega de informação dentro de si.”

Ele reuniu em uma só palavra o sentimento que as pessoas devem ter ao realizar as coisas. “É preciso mudar o foco. Não é o que você faz, mas com que emoção você faz. É possível ser humilde, tolerante, justo, entre outras qualidades, mas também é possível unir tudo em uma só característica: ser amoroso. Os pessimistas se intoxicam com os próprios pensamentos e ações. Mas no final, quando chegarmos aos 80 anos ou mais, veremos que quem foi mais feliz foi quem mais amou”, concluiu o médico.



Foto: Gregory Origozag/Maré Alta

Prof. Wanderley Pires em palestra aos magistrados da 15ª Região

## Quem é Wanderley Pires

Wanderley Pires é médico com especialização em Cardiologia, Clínica Médica e Medicina do Trabalho. Realiza seminários e *workshops* para empresários, executivos e educadores em todo o País. É consultor organizacional em qualidade de vida desde 1975, tendo se apresentado em mais de 400 organizações nacionais e multinacionais, entre as quais Pe-

trobras, Vale do Rio Doce, 3M, Motorola, Unilever, Johnson & Johnson, GE, Kodak, Xerox, Exxon-Mobil, Tetrapack, Nestlé. Atuou como médico na HP do Brasil e na Telebrás por 17 anos e como professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp por 15. É autor dos livros “Qualidade de Vida”, “Dos Reflexos à Reflexão” e “Drogas, Existe uma Saída”.

# Casa da Criança Parálítica

**Entidade que tem como diretor juiz do trabalho aposentado atende 180 crianças com paralisia física e cerebral**

A Casa da Criança Parálítica de Campinas, no Parque Itália, atende cerca de 180 crianças de 0 a 14 anos com paralisia física e cerebral e tem na sua diretoria o juiz do trabalho aposentado da 2ª Região, Odonel Urbano Gonçalves. Na Casa há cinco anos, ele já foi presidente e atualmente ocupa a diretoria financeira da instituição.

Além de tratamento médico ortopédico, a Casa da Criança disponibiliza fisioterapia, odontologia, terapia ocupacional e psicológica, além de reforço pedagógico para os pacientes. “É um tratamento contínuo. Tem crianças conosco há mais de dez anos, desde que nasceram. Quanto antes a criança chega aqui, maiores as chances de recuperação”, afirma Odonel. Ele cita o exemplo dos recém-nascidos. “Os bebês com paralisia física e cerebral têm difícil diagnóstico. Não se sabe se ela ouve, porque ela não reage a nenhum estímulo. Mas com o tratamento logo nos primeiros meses de vida, a probabilidade dela se recuperar é grande”.

O tratamento é totalmente gratuito e a Casa ainda fornece cadeiras de rodas adaptadas – que chegam a custar R\$ 2 mil, banheiras especiais, órteses e próteses de braços, pernas e mãos. “Quando começamos a entregar as banheiras foi

um alívio para muitas mães. Porque, imagina dar banho em um filho que pesa 60 kg e não tem nenhum movimento”, diz Odonel. Remédios, doados por vários laboratórios, e alimentação também são fornecidos pela instituição.

O reforço pedagógico é uma área importante. “Alguns que freqüentam o ensino regular têm complemento aqui. Outros recebem estímulos e reagem bem. Nos casos graves, qualquer avanço mínimo é muito comemorado”, observa o juiz aposentado. As crianças também são tratadas com equinoterapia e cãoterapia para desenvolvimento de todos os sentidos.

As causas das paralisias são muitas. Problemas no parto, quando o cérebro do bebê fica sem oxigênio, acarretam sérias lesões, que também podem ser causadas por medicamentos ingeridos, sem prescrição médica, durante a gravidez. Outra razão é a mielomeningocele, doença que acomete o feto, fazendo com que sua coluna vertebral não se feche, o que traz danos cerebrais irreversíveis. “Atualmente, é possível operar a criança dentro do útero, o que minimiza os danos”, conta o voluntário. Vítimas de acidentes automobilísticos também estão entre os atendidos pela entidade.



Odonel com criança atendida: dedicação

## Trabalho voluntário de juiz começou por acaso

“Seu Odonel”, como é chamado por todos na casa, começou a trabalhar na Casa “por acaso”. “Vim fazer uma visita aqui em 2002 e me convidaram para ser voluntário. Eu aceitei na hora, porque aqui, ao contrário do que muitos pensam, não é um ambiente carregado. É uma casa de crianças, ou seja, tem gritos, choros, alga-

zara, crianças correndo (de cadeira de rodas), tudo que tem numa casa com duas crianças, mas aqui são 180”, comenta ele.

O diretor da entidade se lembra da menina Rebeca, que, com 3 anos, deu os primeiros passos nos corredores da Casa. “Foi uma cena realmente muito

emocionante, pois não é simples vencer a paralisia física e cerebral”. Indagado sobre o real motivo de trabalhar na Casa, Odonel é direto. “O trabalho aqui me dá algo muito mais importante que uma conta bancária recheada, me dá gratificação espiritual”, diz, sério, o magistrado aposentado.



Zequinha, um dos beneficiados

Foto: Divulgação

Bianca e Bruna durante a aula de informática: complemento





# Só 10% do orçamento vêm do Estado

Com 55 empregados, a Casa tem orçamento de R\$ 1,9 milhão para 2008. Deste montante, menos de 10% vêm de subvenção pública (Governo Federal, Estadual e Municipal). "A maior parte das doações é da sociedade. Isso porque, para não dizer todas, grande parte das nossas crianças vem do SUS. Estamos sempre com a corda no pescoço, financeiramente falando", declara ele.

A situação é realmente muito séria. "A maioria das crianças mora em favelas. Se não for a Casa, vão ficar jogados em um fundo de quintal qualquer, como cachorro, ou pior. Por isso, apelamos a toda hora para as pessoas que têm condições de ajudar, como é o caso dos juizes do trabalho", conclui o diretor financeiro.



Foto: Divulgação

Crianças em uma das salas de recreação da entidade

## Doações podem ser deduzidas do Imposto de Renda

Todo contribuinte pode fazer doações a entidades assistenciais cadastradas nos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente (FMCA), mediante depósito bancário, e deduzir do Imposto de Renda devido o montante doado, ou acrescer este na parcela da restituição do imposto.

O benefício fiscal, limitado a 6% (seis por cento) do valor do imposto devido no ano-calendário, está previsto no artigo 260 da Lei nº 8.069, de 13.07.90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com a redação que lhe deu a Lei nº 8.242, de 12.10.01. Referido dispositivo legal (art. 260) foi regulamentado pela Secretaria da Receita Federal por meio da Instrução Normativa nº SRF 258, de 17.12.02, publicada no Diário Oficial da União de 19.12.02. No Município de Campinas, a possibilidade foi disciplinada na Resolução nº 08, de 11.03.03, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, publicada no Diário Oficial do Município de Campinas de 18.03.03, pag. 5.

O procedimento para deduzir as contribuições do IR é simples. Escolhe-se uma entidade cadastrada e deposita-se a contribuição no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMCA), em uma conta do Banco do Brasil. O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente repassa o montante para a instituição escolhida. Em seguida, o Fundo envia um recibo para o contribuinte deduzir do IR. O benefício fiscal é limitado a 6% do valor do imposto devido no ano-calendário.

A dedução do valor doado restringe-se à hipótese de pagamento por boleto bancário. Ou seja, apenas aquelas

doações feitas por intermédio do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é que podem ser deduzidas do valor do imposto de renda devido, ou acrescidas à restituição. É relevante destacar que o contribuinte, com ou sem doação, pagará o mesmo valor ao Fisco Federal. Efetuando a doação, parcela do IR devido é legalmente destinada para fim filantrópico.

Diversos juizes do TRT da 15ª já contribuem, dessa maneira, para a Casa da Criança Parálitica de Campinas.

**"Com ou sem doação, contribuinte pagará mesmo valor ao Fisco"**



Foto: Divulgação

Rebeca: primeiros passos foram na Casa



Foto: Divulgação

Cãoterapia: atividades com animais desenvolvem os sentidos

# Amatra XV inicia Projeto Cidadania

## Palestras a alunos da rede pública ocorreram em várias cidades; S. J. do Rio Preto terá palestras em todas as escolas municipais

Várias cidades da 15ª Região já receberam palestras do Projeto "Trabalho, Justiça e Cidadania", desenvolvido pela Amatra XV em parceria com a Ematra XV. O programa tem a finalidade de difundir em escolas da rede pública as atribuições das instituições envolvidas com o trabalho e os direitos básicos dos trabalhadores.

O projeto teve início oficialmente na circunscrição de Sorocaba, no dia 31 outubro. Na ocasião, o juiz Marcelo Ferreira, da 4ª Vara do Trabalho de Sorocaba e o procurador do Trabalho João Batista Martins César, ministraram palestra para cerca de 80 adolescentes da escola estadual Professor Ezequiel Machado Nascimento, no Bairro Santa Rosália. No dia 9 de novembro, o projeto teve sequência na Escola Salesiano São José, com a participação do juiz Mauro César Luna Rossi, diretor regional da Amatra XV na circunscrição de Sorocaba.

Outras duas instituições de ensino foram visitadas em Presidente Prudente, nos dias 6 e 12 de novembro: a Escola Estadual "Vereador Pedro Tófano" e a Escola Estadual "Professor Adolpho Arruda Mello". As palestras tiveram a participação do diretor regional da Amatra XV na

circunscrição, juiz José Roberto Dantas Oliva, de representantes do MPT, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da cidade. As autoridades falaram para um público de aproximadamente 660 alunos de 5ª a 8ª série e 1º colegial, além de professores, inspetores e diretores.

Outras cidades também receberam palestras. Em Hortolândia, a coordenadora do projeto na 15ª Região, juíza Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, proferiu palestra para cerca de 40 alunos da Escola Estadual do Parque Odimar. Em Águas de São Pedro, os trabalhos foram coordenados pela juíza Adriene Sidnei de Moura David Diamantino, titular da 2ª Vara do Trabalho de Piracicaba, e em Franca o juiz Amauri Vieira Barbosa, titular de Cajuru, falou a alunos da rede pública.

Todas as palestras tiveram distribuição de folders, cartilhas e reprodução do vídeo do TRT, além de outros dois elaborados pelo Ministério Público do Trabalho.

### São José do Rio Preto

Os juizes Alessandro Tristão, diretor regional da Amatra XV na circunscrição de



Foto: Divulgação

Palestra em Presidente Prudente: 660 alunos

São José do Rio Preto, e Scynthia Maria Sisti Tristão, representante da Ematra XV, reuniram-se dia 20 de novembro com a secretária de Educação do município, Maria do Rosário Cerávolo Laguna, para definir parâmetros para a implantação do Projeto "Trabalho, Justiça e Cidadania" em toda a rede municipal de ensino. O encontro, que também contou com a presença de todas as coordenadoras da secretaria, serviu para sanar algumas dúvidas a respeito do projeto.

## Combate ao trabalho infantil e escravo é tema de seminário

Autoridades da Justiça e do Ministério Público do Trabalho participaram no dia 19 de outubro do Seminário sobre Temas Comuns entre as duas instituições. O evento, organizado pela Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Ematra XV) e Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) no auditório do TRT em Campinas, discutiu formas de combate ao trabalho infantil e escravo no Brasil. O seminário contou com apoio da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), representada na ocasião pela presidente, juíza Ana Paula Pellegrina Lockmann e por vários diretores.

**Visita** – A diretoria da Amatra XV esteve dia 5 de outubro em São José dos Campos. Houve uma reunião com a OAB local, seguida de uma exposição patrocinada pela Escola da Magistratura do TRT da 15ª Região, que teve como objeto o curso da OIT sobre uso do direito internacional do trabalho pelas cortes nacionais. Em seguida, ocorreu uma reunião da diretoria da entidade com os juizes da circunscrição.

De acordo com a presidente da Amatra XV, o evento inédito na 15ª Região tratou de temas de extrema relevância e com grandes especialistas na área. "O esforço coordenado entre a Justiça do Trabalho e o MPT certamente resultará em avanços no difícil caminho da erradicação do trabalho infantil e escravo", disse a juíza Ana Paula.

O evento teve ainda o lançamento do livro "Justiça do Trabalho e Mercado de Trabalho – interação entre o Poder Judiciário e a regulação do trabalho no Brasil", escrito pelo juiz do Trabalho Marcus Mezzes Barberino Mendes.

## Thomas Malm toma posse no Tribunal

O magistrado Thomas Malm tomou posse dia 8 de outubro como juiz titular do TRT da 15ª Região.

A cerimônia ocorreu no gabinete da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho e contou com a presença de muitos juizes de segundo e de primeiro grau, de membros da diretoria da Amatra XV, além de vários servidores. Isso demonstra o carinho pelo colega, de personalidade admirável, cuja carreira brilhante é coroada por mais este êxito.

O juiz Thomas foi Secretário da Amatra XV no biênio 1998/1999, Diretor Cultural no biênio 1993/1994 e Vice-Presidente no biênio 1994/1995, bem como Diretor-Adjunto de Comunicações da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no biênio 1992/1993.



# Concurso aprova 18 novos juízes na 15ª Região

**Lista foi divulgada dia 30 de novembro no TRT e magistrados devem tomar posse em janeiro de 2008**

Dezoito candidatos foram aprovados no 12º concurso para a Magistratura do Trabalho promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. O resultado foi divulgado dia 30 de novembro no TRT.

A banca examinadora foi formada pelos juízes Lorival Ferreira dos Santos, Gerson Lacerda Pistori, José Roberto Dantas Oliva (suplente) e Manoel Carlos Toledo Filho (suplente), pelo advogado Luís Donato Silveira (representante da Ordem dos Advogados do Brasil), o decano do Tribunal, juiz José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, e o presidente da Corte, magistrado Luiz Carlos de Araújo.

O concurso teve mais de 2 mil inscritos, sendo que 36 participaram da Prova de Sentença e apenas 18 chegaram à Prova Oral - todos receberam a aprovação final.

Como atualmente existem 26 vagas de juiz do trabalho substituto no TRT da 15ª, outro concurso deve ser promovido no próximo ano para preenchimento das vagas remanescentes.



Foto: Setor de Imprensa / TRT-15

Parte dos aprovados no concurso do TRT da 15ª: mais de 2 mil inscritos

Veja os nomes dos aprovados:

MURILO CARVALHO SAMPAIO OLIVEIRA  
FABIANO DE LIMA CAETANO  
FABIO ADRIANO DE FREITAS  
ARIEL SZYMANEK  
THIAGO GURJAO ALVES RIBEIRO  
EDUARDO SOUZA BRAGA  
TIAGO BRASIL PITA  
TONY EVERSON SIMAO CARMONA  
CAMILA MOURA DE CARVALHO

CAROLINA M. R. DA LUZ PACIFICO  
MERCIO HIDEYOSHI SATO  
RODRIGO ADELIO ABRAHAO LINARES  
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ  
ROBERTO JOAQUIM DE SOUZA  
VALTAIR NOSCHANG  
ALEXANDRE KLIMAS  
NADIA PELISSARI  
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA

## Homenagem à juíza Olga Gomieri no TST

A magistrada Olga Aida Joaquim Gomieri, do TRT da 15ª Região, recebeu em agosto a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A juíza teve seu nome indicado pelo ministro Antônio José de B. Levenhagen e recebeu a homenagem das mãos do ministro Vantuil Abdala.

## Congresso Rural reúne amigos

A Amatra XV promoveu um coquetel de confraternização para juízes e convidados no final do primeiro dia do XIII Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural, organizado pelo TRT-15, em Barretos, entre os dias 25 e 26 de outubro.

## Mais dois titulares e dois substitutos

Dois Juízes do Trabalho foram empossados dia 29 de outubro como titulares pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, juiz Luiz Carlos Araújo.

Os magistrados Júlio César Trevisan Rodrigues, novo titular da Vara do Trabalho da cidade de Andradina, e Pedro Marcos Olivier Sanzovo, que se titularizou em Tupã, tornaram-se juízes em 27 de novembro de 1998.

Também tomou posse no mesmo dia o juiz do trabalho substituto Sérgio Polastro Ribeiro, em decorrência de remoção nacional - ele é originário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará). No dia 3 de dezembro, a juíza do trabalho substituta, Rosana Nubiato Leão, assumiu a vaga após permuta com a juíza Gilvânia Oliveira de Rezende, que foi para a 5ª Região (Bahia).

## Semana Nacional da Conciliação

Para ampliar o esforço concentrado do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e suas 153 Varas do Trabalho na Semana Nacional da Conciliação, 15 juízes aposentados participaram como conciliadores durante o evento, auxiliando os magistrados da ativa.

São eles: Célia Aparecida Cassiano Diaz (Americana); Osvaldo José da Silva (Araçatuba); Melchiades Rodrigues Martins (Araras); Benjamin Flávio de Almeida Ferreira (Avaré); Wagner José Trindade (Bauru); Amélia Maria de Lourdes Santoro Moreira Silva (Paulínia); Hermelino de Oliveira Santos e Ismênia Diniz da Costa (Jundiá); Ivani Martins Ferreira Giuliani, Jair Fernandes Costa, Pedro Thomazi Neto e Sebastião Ximenes Júnior (Campinas); Norivaldo de Oliveira (Ribeirão Preto); Antonio Milaré dos Santos (São José do Rio Preto); e Maria Vitória Breda Vieites (São José dos Campos).

## Encontro promove integração de juizes da AL

### Magistrados do Trabalho de cinco países vêm a Campinas em fevereiro de 2008; diversidade de idéias é diferencial

O 2º Encontro Internacional de Professores de Direito do Trabalho e II Seminário Internacional da Amatra XV acontece dias 14 e 15 de fevereiro de 2008, na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região com o objetivo de promover a integração entre os juizes da América Latina. O evento, organizado pela Amatra XV em parceria com a Escola da Magistratura (Ematra XV), contará com a presença de juristas e professores da Argentina, Uruguai, Chile, Peru e México.

Um dos organizadores do evento, o juiz Manoel Carlos Toledo Filho, afirma que haverá exposições de diferentes países, onde serão discutidas visões abrangentes da realidade da Justiça do Trabalho na América Latina. "É um evento muito difícil de ser realizado, por isso é uma oportunidade única de reunir este tipo de diversidade em um só ambiente", afirma Manoel Carlos.

A "diversidade" comentada pelo juiz refere-se às características peculiares de cada país participante. "Na Argentina

cada uma das 23 províncias (estados) mais o distrito federal tem direito processual próprio. No Chile e no Uruguai aconteceram mudanças em importantes pontos do direito material. O México foi o primeiro país do mundo a inserir o direito do trabalho na Constituição Federal e tem uma lei federal do trabalho com estrutura parecida à da CLT", esclarece.



Juiz Manoel Carlos: organizador

Manoel Carlos foi o primeiro juiz a ir para Córdoba, na Argentina, e capitaneou um grupo de magistrados da 15ª Região para o I Encontro Internacional, realizado naquela cidade em agosto de 2007. "Em função da presença importante de juizes da 15ª neste evento, deliberou-se que o segundo seria em Campinas", conta.

Além dele, a comissão organizadora do II Encontro é formada pela presidente da Amatra XV, juíza Ana Paula Pellegrina Lockmann, pelo vice, juiz Flávio Landi, e pelos juizes Flávio Alegretti de Campos Cooper, Guilherme Guimarães Feliciano e Luciana Caplan.

Para a presidente da Amatra XV, "o evento proporcionará que conheçamos mais a organização da Justiça de diversos países latino-americanos, além de ser um ambiente próprio para o intercâmbio de opiniões e novas idéias".

Programação

Confira em: [www.amatra15.org.br](http://www.amatra15.org.br).

## Série: Conhecendo a ABAS 15 e suas coberturas

### Parte 2: Exames Complementares

A cobertura de exames complementares é uma das mais importantes disponibilizadas pelo plano de assistência à saúde da ABAS, uma vez que atende necessidade rotineira de nossos usuários.

Todos os exames auxiliares ao diagnóstico são cobertos pelo plano (Análises Clínicas, Radiologia, Eletroencefalografia, Eletrocardiografia, Holter, Ecocardiografia, Angiografia, Ecografia em Geral, Neurofisiologia Clínica, Endoscopia, Provas de Função Pulmonar, Medicina Nuclear, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética e outros). Entretanto, é importante salientar que não há cobertura para os exames cuja prática não seja reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina ou exames de caráter odontológico. A cobertura para os exames poderá ocorrer por reembolso das despesas (sistema de livre-escolha) ou uso de nosso sistema de credenciamentos.

Para solicitar o reembolso de despesas é necessário enviar-nos: pedido médico dos exames (original ou cópia) e recibo ou nota fiscal de pagamento da clínica ou laboratório, com a devida discriminação dos nomes e custos individuais de todos os exames realizados. Nos estabelecimentos credenciados pela ABAS, a realização dos exames diagnósticos é efetuada mediante apresentação do pedido médico original do exame, car-

teira de identificação de associado e documento de identificação civil. Não há necessidade de qualquer tipo de pagamento ou co-participação. Além disso, os exames também poderão ser realizados pelo Sistema Unimed, que permite atendimento em toda a rede credenciada da cooperativa médica onde o usuário estiver cadastrado (segundo as regras do sistema Unimed local). Convém conhecer a rede credenciada da entidade, pois os exames complementares realizados, na qualidade de "particular", ainda que em estabelecimentos conveniados, terão seu reembolso limitado ao valor pactuado com a respectiva clínica diagnóstica, conforme Resolução do Conselho Especial.

A entidade não oferece adiantamentos para o pagamento de exames complementares, assim como não há cobertura para os chamados "check ups", eis que a conformação deste tipo de serviço inclui os custos com a realização de consultas médicas variadas com profissionais de diferentes especialidades médicas.

Também é preciso lembrar que as internações com finalidade exclusiva de realização de exames complementares diversos em ambiente hospitalar, por comodidade do usuário, não serão cobertas pela entidade, com exceção dos custos dos próprios exames, avaliados em sua individualidade.

No caso do sistema de reembolso, os limites de cobertura para exames complementares são fixados com base na tabela da Associação Médica Brasileira, em sua versão atualizada, multiplicada pelo fator definido por nosso Conselho Especial. Não há limite quanto ao número de exames realizados, desde que haja justificativa médica para tanto.

Os exames complementares, apesar de apresentarem custo individual incomparavelmente menor que o de uma internação, representam, somados, gasto médio anual equivalente ao de algumas de suas modalidades. Aproximadamente 16% da despesa total da entidade por ano correspondem a exames, tendo em vista a frequência com que são realizados.

Assim, é preciso que os usuários utilizem a cobertura com moderação e racionalidade. O bom médico não é aquele que pede uma lista infindável de exames, mas o que sabe elaborar anamnese clínica adequada e utilizar os diagnósticos complementares de forma compatível com o quadro narrado. Além disto, estatísticas do Setor Saúde demonstram que 20% dos resultados de exames complementares sequer são retirados pelos pacientes. Não se esqueça de que, em última instância, são todos os participantes que arcam com o custo do desperdício.





### Justiça do Trabalho e Mercado de Trabalho

**Sub-Título:** Interação entre Poder Judiciário e a Regulação do Trabalho no Brasil  
**Autor:** Marcus Menezes Barberino Mendes  
**Edição:** Outubro/2007 – 144 páginas  
**Editora:** LTr  
**Preço:** R\$ 35

A trajetória de uma justiça acessível aos cidadãos, mas não neutra. Economia e Justiça do Trabalho, sindicatos e Justiça do Trabalho. Mercado de trabalho e Justiça do Trabalho. Esta obra busca jogar luzes sobre esses binômios, e agora, com um novo ator participe – o Ministério Público do Trabalho, explicitar como a Justiça é um ator e um cânone da jovem democracia brasileira



### Cumprimento da Sentença no Processo do Trabalho

**Autor:** Júlio César Beber  
**Edição:** 2ª – Novembro/2007 - 136 páginas  
**Editora:** LTr  
**Preço:** R\$ 35

Certo da aplicabilidade no processo do trabalho das modificações introduzidas no CPC pela Lei n. 11.232/2005, Júlio César Beber faz a devida incursão sobre esse tema e sugere as adaptações que lhe parecem adequadas, ressaltando, porém, a necessidade de reforma de mentalidade, a fim de possibilitar a ocorrência de um processo tempestivo e de resultados. O transcurso do tempo desde a publicação da primeira edição deste livro permitiu ao autor uma reflexão mais detida, com reformulação de alguns entendimentos, ora expostos nesta segunda edição.



### Teoria das Normas Coletivas

**Autor:** Ronaldo Lima dos Santos  
**Edição:** Março/2007 - 328 páginas  
**Editora:** LTr  
**Preço:** R\$ 60

Muito se conhece dos sindicatos, pouco se sabe sobre o poder da coletividade: a autonomia privada coletiva. "Teoria das normas coletivas" é um convite ao conhecimento das raízes e do fundamento das normas coletivas: o pluralismo jurídico e a autonomia privada coletiva; pontos de partida para a verdadeira compreensão dos principais aspectos das normas coletivas no Direito do Trabalho. O trabalho contém um aprofundado e original estudo sobre o pluralismo jurídico no Direito do Trabalho, com a análise das principais correntes jurídicas, filosóficas e dogmáticas sobre a relação entre Estado e Direito, partindo do monismo jurídico, passando-se pelas diversas correntes pluralistas, até as teorias sistêmicas e autopoieticas do Direito.



### Direito Processual Coletivo

**Sub-Título:** Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos  
**Vários Autores**  
**Edição:** 2007 – 464 páginas  
**Coordenadores:** Ada Pellegrini Grinover, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Kazuo Watanabe  
**Editora:** RT  
**Preço:** R\$ 84

Os resultados colhidos do dia-a-dia forense e dos debates acadêmicos demonstram que as soluções oferecidas pelos processos coletivos podem e devem ser aperfeiçoadas. Os princípios e normas gerais pertinentes a esse tipo de demanda precisam ser reunidos em uma codificação, dando tratamento sistemático e atual para a tutela coletiva, bem como preenchendo as lacunas existentes e dando respostas às dúvidas e controvérsias que grassam no meio jurídico. A elaboração recente do Código Modelo para Processos Coletivos, no âmbito dos países ibero-americanos, reavivou e consolidou a vontade de se repensar a legislação brasileira em torno das ações coletivas.



**LACIER**  
 Livraria Jurídica

Representante LTr

"Os melhores descontos e condições de pagamento com a nossa tradição"

Livros de todas as áreas (nacionais e importados)